

## Apresentação

Os seis artigos deste número de *Política & Sociedade* tratam de temas social e politicamente relevantes no atual curso de re-democratização do Brasil. São pesquisas que se debruçam sobre os efeitos da participação popular na cultura cívica, a qualidade da representação (tanto no Congresso Nacional quanto em conselhos que demandam a atuação de trabalhadores), a eficácia de políticas públicas (especificamente, o Bolsa Família e a Previdência Social) e o direito de acesso público aos documentos da ditadura. Vários aspectos do Brasil contemporâneo observados em perspectiva histórica são, portanto, objeto desta edição.

No artigo inicial, Julian Borba e Ednaldo Aparecido Ribeiro consideram se inovações institucionais como o Orçamento Participativo contribuem para a construção de tradições cívicas que alterem padrões da cultura política estabelecidos no país, como o clientelismo. Em *Orçamento Participativo e cultura política: explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas*, os autores produzem análises multivariadas a partir dos resultados de um *survey* aplicado em Porto Alegre em 2000 e concluem que “o tempo de participação no Orçamento Participativo pode exercer semelhante influência à escolaridade na produção de atitudes e valores cívicos”. “Em algumas variáveis”, destacam Borba e Ribeiro, esse fator mostrou-se mesmo superior à escolaridade, “como no caso do associativismo (onde escolaridade nem apresentou significância) e voto partidário”. As constatações corroboram interpretações de outros estudos que indicam que o tempo de participação no OP produz aprendizado político, “constituindo-se num espaço de socialização política alternativa capaz de minorar os efeitos negativos da baixa escolaridade sobre as atitudes e comportamentos políticos da cidadania”. “De forma contrária ao previsto por Putnam e colaboradores, inovações institucionais podem sim promover alterações em

**Apresentação**

Ary Cesar Minella • Jacques Mick

padrões atitudinais e comportamentais, mesmo em curto espaço de tempo.”

A qualidade da representação dos trabalhadores em outros canais de participação política é o tema de *Accountability entre os representantes de organizações civis que atuam nos Conselhos Gestores*. Olívia Cristina Perez apresenta resultados de pesquisa sobre as relações de *accountability* envolvidas nas práticas dos representantes de trabalhadores que atuam em quatro conselhos municipais, dois de São Paulo e dois de Santo André (SP). Para a autora: “nos Conselhos Gestores o processo de eleição não garante contato entre representados e representantes e, conseqüentemente, *accountability* por parte dos representantes assim como nas arenas parlamentares”. Perez observa que os conselheiros não prestam contas, nem são controlados diretamente pelos seus representados, e que não há instituições ou acordos formais que controlem suas decisões. “A *accountability* acontece de forma horizontal entre pares, ou seja, entre os próprios trabalhadores de organizações civis que atuam na mesma área. São esses que votam nos conselheiros, ajudam na formulação das decisões, são informados das ações dos representantes e controlam informalmente as mesmas.” Para a autora, em tais instituições construíram-se novos critérios de *accountability*.

A qualidade da representação também é o objeto de *O bicameralismo no Brasil: argumentos sobre a importância do Senado na análise do processo decisório federal*. A partir de análise minuciosa sobre a atuação recente dos senadores e sua relação com os deputados federais, Paulo Magalhães Araújo formula duas conclusões sobre a influência do Senado na produção de leis, considerando o padrão dominante de interação entre Executivo e Legislativo no Brasil. A primeira é que o Senado “tem grande influência sobre o processo legislativo e sobre o conteúdo da legislação, seja porque também pode iniciar projetos — caso em que ele passa a ter o direito à última palavra —, seja porque as decisões políticas se dão de forma encadeada, em fluxo contínuo, permitindo negociações cruzadas, que mantêm o poder dos senadores mesmo nas decisões sobre matérias em que, formalmente, o Senado não pode mais interferir”.

Contestando argumentos de críticos a essa forma de organização parlamentar, o autor considera que, “em decorrência da simetria e da incongruência típicas do bicameralismo brasileiro, o potencial legiferante do Senado vai muito além de sua função de eficiência, que promove o aprimoramento da legislação, e toca na essência das questões políticas, redistributivas e conflitivas, que afetam o processo legislativo e a produção de leis no Brasil”. A segunda conclusão relaciona a atuação do Senado à dinâmica de coalizões que fundamenta as relações entre Legislativo e Executivo. “A configuração bicameral das coalizões montadas pelo governo pode reforçar ou mitigar os efeitos da incongruência nas interações do Senado com a Câmara. [...] Variáveis como o tamanho das coalizões, bem como seu grau de fragmentação e sua heterogeneidade ideológica, deverão ser consideradas como elementos que perpassam as relações intercamerais e interferem nos efeitos da distribuição constitucional de funções e prerrogativas entre as casas”.

Nos dois artigos seguintes desta edição, o foco se desloca para políticas públicas de importância fundamental. Daiane Roncato Cardozo Traldi e Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida, a partir de análise da operação do Programa Bolsa Família no município de Araraquara (SP), alertam para a importância da integração do programa com outros programas sociais “para o melhoramento da situação de segurança alimentar (por 95% das famílias estarem com insegurança alimentar); das condições de saúde (por mais da metade das famílias apresentarem problemas crônicos de saúde); educação (pelo baixo grau de escolaridade); capacitação (pela grande porcentagem de titulares sem registro em carteira e desempregados); e principalmente na alimentação, visto que os maiores gastos das famílias são com alimentos, nos quais os benefícios do programa têm grande representatividade, principalmente nas famílias com os níveis mais altos de insegurança alimentar”. No artigo *Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família*, os autores reconhecem que o programa cumpre um papel relevante no enfrentamento à

**Apresentação**

Ary Cesar Minella • Jacques Mick

exclusão social, mas apresentam recomendações para aprimorá-lo e apontam a necessidade de seu acompanhamento por pesquisas e sistemas de avaliação sobre suas consequências na família e no espaço público.

A necessidade de revisão de políticas e procedimentos da Previdência Social, dada à diversidade características do trabalho e dos perfis dos trabalhadores informais é apontada em artigo de Maria Amélia Sasaki e Ione Vasques-Menezes. *Trabalhador informal e Previdência Social: o caso dos trabalhadores por conta própria de Brasília* explora a relação com a Previdência Social de um grupo de trabalhadores por conta própria que têm o trabalho informal como única atividade ou concomitante com empregos formais. Os resultados indicam que a relação com a previdência social é marcada pela desconfiança por parte desses trabalhadores, que buscam alternativas à aposentadoria por meio de arranjos familiares e poupança para compra de imóvel. A adoção recente de procedimentos simplificados para filiação à previdência, com tabelas de contribuição com valores convidativos, é considerada pelas autoras um “importante passo, porém não suficiente para atrair maciçamente e de forma mais duradoura novas inclusões de contribuintes individuais.” “Acreditamos ser necessário maior conhecimento da diversidade de perfis e situações de trabalho do segmento em estudo, seguidas de legislação que reforce políticas diferenciadas de promoção do trabalho e da renda, nas três esferas de governo, assim como medidas de proteção social”. Os resultados do estudo sugerem que a Previdência Social é percebida pelos trabalhadores “como um sistema em que a regra prevalecente é a contribuição compulsória pela empresa, face à legitimidade da relação de emprego conferida pelas normas legais. A contribuição do trabalhador por conta própria é vista como uma obrigação associada à legitimação do seu trabalho e que, por decorrência, pode implicar a obtenção de benefícios. Em outras palavras, a relação entre o trabalhador pesquisado e a previdência não mediada pelas empresas, como na relação de emprego, torna-se, aos olhos do trabalhador informal, burocrática, arriscada e sem retorno, principalmente em relação à

aposentadoria. [...] Esse é o conjunto de argumentos por trás da resistência dos trabalhadores informais pesquisados em relação ao sistema previdenciário e que se perguntam: contribuir para quê?”.

No último artigo desta edição, uma análise crítica de campanha publicitária do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) realizada em 2009 é ponto de partida para que o autor aponte limites e as contradições da atuação do governo brasileiro em relação aos arquivos da ditadura militar, desde o governo FHC. Em *Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais*, Vitor Amorim de Angelo observa o mérito do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil “em centralizar e divulgar os documentos relativos ao período da ditadura”, ressaltando que as iniciativas governamentais “provavelmente não surtirão o efeito esperado enquanto os maiores depositários desses acervos continuarem negando sua existência. [...] Do ponto de vista político, o país avançará nessa questão quando decidir envidar efetivos esforços para a divulgação dos documentos sobre a ditadura militar, sem transferir para a sociedade tal atribuição nem temer revisitar o passado”.

A edição é concluída com resenha de Maria da Glória Gohn a respeito de *States and social movements*, livro mais recente de Hank Johnston.

Este número foi produzido com recursos do CNPq, obtidos no Edital 15/2011.

Ary Cesar Minella  
Jacques Mick  
Editores

